

## **SOCIOEDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM PROFISSIONAL EM SERGIPE: INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS EM VULNERABILIDADE**

### **SOCIO-EDUCATION AND PROFESSIONAL APPRENTICESHIP IN SERGIPE: SOCIAL INCLUSION OF VULNERABLE YOUTH**

Laura Ferreira Silva (PROBIC/CNPq);  
Ana Clara Raimar Santos Silva (BOLSISTA/CNPQ);  
Brenda Andrade de Abreu Silva (BOLSISTA/CNPQ);  
Chrys Stephannye Costa de Jesus (VOLUNTÁRIA/CNPQ);  
Jucivania Santos de Souza (BOLSISTA/CNPQ);  
Ronaldo Alves Marinho da Silva (Orientador)

[laura.fsilva@unit.br](mailto:laura.fsilva@unit.br); [chrys.stephannye@souunit.com.br](mailto:chrys.stephannye@souunit.com.br);  
[mestrado\\_anaclara@souunit.com.br](mailto:mestrado_anaclara@souunit.com.br); [brenda.abreu@souunit.com.br](mailto:brenda.abreu@souunit.com.br);  
[jucivania.souza@souunit.com.br](mailto:jucivania.souza@souunit.com.br); [ronaldo\\_marinho@outlook.com.br](mailto:ronaldo_marinho@outlook.com.br)

<sup>1</sup>Universidade Tiradentes/Direito/Aracaju/SE.

<sup>2</sup>Universidade Tiradentes/Direito/Aracaju/SE.

Universidade Tiradentes/PPGD/Aracaju/SE.

Universidade Tiradentes/PPGD/Aracaju/SE.

Universidade Tiradentes/PPGD/Aracaju/SE.

Universidade Tiradentes/Aracaju/SE.

**7.00.00.00-0 - Ciências Humanas; 7.08.04.00-1– Políticas Públicas Educacionais**

#### **RESUMO**

A pesquisa integra o projeto interinstitucional “Aprendizes em Sergipe”, desenvolvido em parceria entre o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Universidade Federal de Sergipe (UFS), a Universidade Tiradentes (UNIT), o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) e a Fundação Renascer. O estudo tem como objetivo analisar a inserção de adolescentes e jovens em cumprimento ou pós-medida socioeducativa nas cotas de aprendizagem profissional, buscando avaliar o impacto dessa política pública na inclusão social e profissionalização de jovens em vulnerabilidade no estado de Sergipe.

Com abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa foi estruturada em três eixos: sistematização da experiência, sensibilização de atores sociais e recomendações de aprimoramento. A etapa parcial baseou-se na realização de 21 entrevistas com adolescentes vinculados à Fundação Renascer, entre julho e setembro de 2024, além do envio de ofícios e visitas institucionais a órgãos e municípios sergipanos para mapear a execução das cotas de aprendizagem.

Os resultados parciais revelam um perfil marcado pela vulnerabilidade socioeconômica e educacional. A maioria dos jovens possui entre 16 e 18 anos, pertence ao sexo masculino (61,9%) e se autodeclara negra ou parda (90,5%), evidenciando desigualdades raciais e de gênero no acesso às oportunidades. Constatou-

se baixa escolaridade, com defasagem idade-série, além da predominância de famílias numerosas: 76,2% vivem com quatro ou mais pessoas, e 52,4% não possuem membros com emprego formal. Ademais, 66,7% das famílias recebem o benefício Bolsa Família, o que reforça a vulnerabilidade social do grupo.

Para 71,4% dos entrevistados, o programa representa a primeira experiência formal de trabalho, revelando o papel protetivo e formativo da política pública. O apoio familiar aparece como fator decisivo para a permanência e engajamento, presente em 95,2% dos casos. Observou-se, ainda, a inclusão de familiares de adolescentes egressos do sistema socioeducativo, estratégia adotada pela Fundação Renascer para ampliar o alcance da política e reduzir a estigmatização social. Outro dado relevante mostra que 76,2% dos jovens desejam concluir o ensino médio ou ingressar no ensino superior, demonstrando o impacto positivo da aprendizagem na valorização da educação formal.

Apesar dos avanços, identificam-se desafios estruturais, como a oferta restrita a um único curso, Auxiliar Administrativo, oferecido pelo SENAC, o que limita a diversificação formativa e nem sempre se alinha aos interesses dos participantes. Além disso, parte dos adolescentes atua em áreas pouco relacionadas à formação teórica, como portaria e transporte, o que compromete a articulação entre teoria e prática. A pesquisa recomenda a ampliação dos cursos de aprendizagem em parceria com outras entidades do Sistema S (SENAI, SENAT, SEST), o reforço educacional para aprendizes com dificuldades escolares e a melhoria na coleta e sistematização de dados municipais, visto que apenas 12 dos 75 municípios sergipanos responderam aos ofícios enviados.

Conclui-se que a aprendizagem profissional se configura como um instrumento eficaz de inclusão social e prevenção da reincidência infracional, promovendo oportunidades de formação e cidadania. No entanto, torna-se essencial ampliar a diversidade de cursos e fortalecer a articulação interinstitucional para maximizar o impacto dessa política pública no estado de Sergipe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aprendizagem profissional; Socioeducação; Vulnerabilidade juvenil; Políticas públicas; Inclusão social.

## **ABSTRACT**

This research is part of the interinstitutional project “Apprentices in Sergipe”, developed in cooperation between the Public Labor Prosecutor’s Office (MPT), the Federal University of Sergipe (UFS), Tiradentes University (UNIT), the Sergipe State Court of Justice (TJSE), and the Renascer Foundation. The study aims to analyze the inclusion of adolescents and young people under or after socio-educational measures in professional apprenticeship quotas, evaluating the impact of this public policy on social inclusion and professional training of vulnerable youth in Sergipe, Brazil.

With a qualitative and exploratory approach, the research was structured in three axes: systematization, social actors’ awareness, and policy improvement recommendations. The partial phase included 21 interviews with adolescents from the Renascer Foundation, conducted between July and September 2024, as well as official letters and institutional visits to collect data from public entities and municipalities.

The findings reveal a profile of socioeconomic and educational vulnerability. Most participants are 16 to 18 years old, male (61.9%), and Black or Brown (90.5%), reflecting racial and gender inequalities in professional access. Low educational levels and school dropouts are frequent, while 76.2% live in large families and 52.4% have no formally employed relatives. Additionally, 66.7% of families receive Bolsa Família, reinforcing their social fragility. For 71.4% of respondents, this program represents their first formal work experience, highlighting its protective and formative function. Family support proved essential for permanence (95.2%), and the inclusion of relatives of socio-educational participants expanded the program’s reach and reduced stigma. Moreover, 76.2% of adolescents intend to complete high school or pursue higher education, indicating the program’s positive influence on educational motivation.

Challenges include the limited offer of only one course – Administrative Assistant, by SENAC –, which restricts training diversity and alignment with adolescents’ interests. Some participants perform tasks unrelated to their theoretical learning, weakening the connection between education and practice. The study recommends expanding apprenticeship courses in collaboration with other Sistema S entities (SENAI, SENAT, SEST), strengthening educational support, and improving municipal data collection, since only 12 of Sergipe’s 75 municipalities responded to official requests.

In summary, the professional apprenticeship policy emerges as an effective tool for social inclusion, citizenship development, and prevention of juvenile recidivism. Nevertheless, broader course offerings and stronger interinstitutional collaboration are essential to enhance its transformative potential in Sergipe.

**KEYWORDS:** professional apprenticeship; socio-education; youth vulnerability; public policies; social inclusion.

**REFERÊNCIAS/REFERENCES:**

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e institui a Aprendizagem Profissional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

SERGIPE. Lei nº 8.992, de 30 de março de 2022. Institui o Programa de Aprendizagem Profissional no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, SE, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://aleselegis.al.se.leg.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/189922022.html>. Acesso em: 2 abr. 2024.